



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Gabinete do Ministro da Economia

OFÍCIO SEI Nº 523/2019/GME-ME

Brasília, 03 de outubro de 2019.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados

Assunto: Requerimento de Informação.

Senhora Primeira-Secretária,

Refiro-me ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 721/19, de 04.09.2019, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 1091/2019, de autoria da Comissão Especial do PL 3453/08 – Parcerias Público Privadas, que requer “informações sobre o Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP), previsto na Lei n.º 11.079, de 2004”.

A propósito, encaminho a Vossa Excelência, em resposta à solicitação daquela Comissão, o Despacho S/N, de 03 de outubro de 2019, elaborado pela Secretaria Especial de Fazenda.

Atenciosamente,

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

PRIMEIRA-SECRETARIA	
Documento recebido nesta Secretaria sem a indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.	
Em 03 / 10 / 2019 às 18 h 30	
<i>luc</i>	5.876
Servidor	Ponto
<i>[Assinatura]</i>	
Portador	



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Planejamento Estratégico da Política Fiscal
Coordenação-Geral de Planejamento e Riscos Fiscais
Núcleo de Gestão do Fundo Soberano do Brasil e de Monitoramento de Fundos Garantidores

OFÍCIO SEI Nº 44/2019/NUGF/COPEF/SUPEF/STN/FAZENDA-ME

Brasília, 3 de setembro de 2019.

Ao
Coordenador de Suporte a Assuntos Econômicos, Legislativos e de Comunicação
Assessoria Econômica, de Comunicação e de Assuntos Legislativos

Assunto: Requerimento de Informação nº 1091/2019.

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 12100.104088/2019-15.

Senhor Coordenador,

1. Em resposta ao Ofício SEI nº 440/2019/ASSEC/STN/FAZENDA-ME, de 26 de agosto de 2019, encaminhamos em anexo as respostas aos questionamentos sobre o Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP), solicitados por meio do Requerimento de Informação nº 1091/2019 (SEI nº 3646822).
2. Em relação à pergunta 5 do Requerimento de Informação, encaminhamos em anexo a este Ofício a ata da última Assembleia de Cotistas do FGP, ocorrida em 16/05/2017, na qual houve a deliberação para o encerramento do Fundo. Para maiores detalhes sobre o tema, sugerimos consultar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidoras e Garantias (ABGF).
3. Colocamo-nos à disposição para fornecer outras informações.

Anexos:

- I - Respostas ao Requerimento de Informação nº 1091/2019 (SEI nº 3811743);
- II - Relatório de Administração do FGP do exercício 2015/2016 (SEI nº 3812100);
- III - Ata da 11ª Assembleia Geral Ordinária dos Cotistas do FGP (SEI nº 3812702).

Atenciosamente,

DANIEL DE ARAUJO E BORGES
Coordenador-Geral de Planejamento e Riscos Fiscais



Documento assinado eletronicamente por **Daniel de Araujo e Borges, Coordenador(a)-Geral de Planejamento e Riscos Fiscais**, em 03/09/2019, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3810885** e o código CRC **125B1FD9**.

Esplanada dos Ministérios, Edifício Anexo ao Bloco P, Ala B, Térreo
CEP 70.048-900 - Brasília/DF
(61) 3412 3286 - e-mail copef.stn@tesouro.gov.br

Processo nº 12100.104088/2019-15.

SEI nº 3810885

ANEXO I – Respostas ao Requerimento de Informação nº 1091/2019

1) Listagem das operações garantidas e contragarantias pelo Fundo, com os respectivos valores e modalidades e eventuais contratações de instrumentos disponíveis em mercado, desde a sua criação;

O Fundo não concedeu garantias durante o período em que esteve vigente. De todo modo, seria importante consultar o administrador do Fundo (BB S.A) que segundo o Estatuto é o responsável por este tipo de informação.

2) Listagem das operações acionadas pelo parceiro privado, com seus respectivos valores e fundamentos, conforme §5º do art. 18 da Lei nº 11.079, de 2004, desde a sua criação;

O Fundo não concedeu garantias durante o período em que esteve vigente. De todo modo, seria importante consultar o administrador do Fundo (BB S.A) que segundo o Estatuto é o responsável por este tipo de informação.

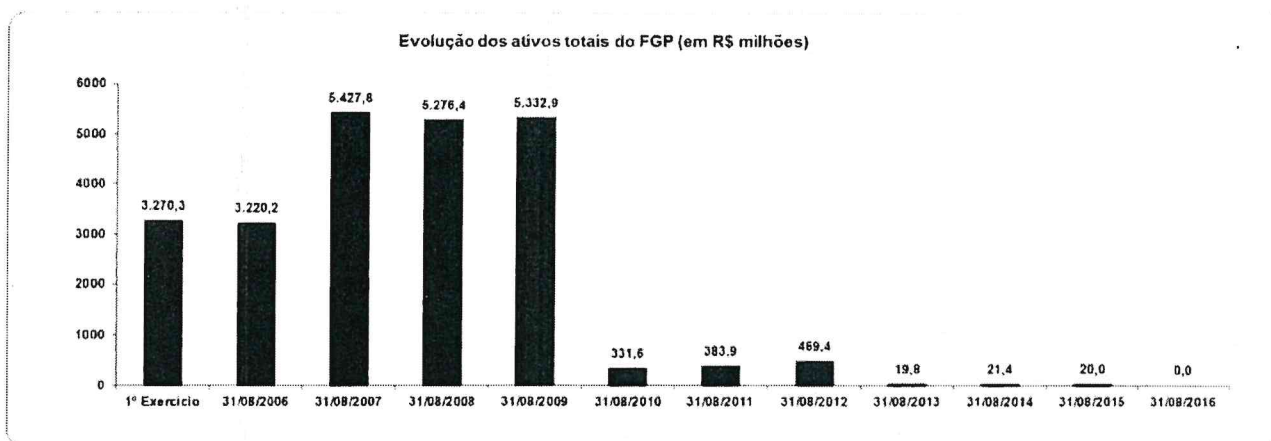
3) Listagem das operações em que o FGP foi obrigado a honrar faturas aceitas e não pagas pelo parceiro público, bem como os pedidos efetuados e rejeitados, com as respectivas justificativas;

O Fundo não concedeu garantias durante o período em que esteve vigente. De todo modo, seria importante consultar o administrador do Fundo (BB S.A) que segundo o Estatuto é o responsável por este tipo de informação.

4) Variação do patrimônio do Fundo, especificando tipo de integralização, rentabilidades e aportes efetuados, desde a sua criação;

O gráfico abaixo, retirado da página 5 do Relatório de Administração do exercício 2015/2016, encaminhado em anexo, mostra a variação do patrimônio do Fundo, desde a sua criação.

Gráfico 1 – Evolução dos Ativos Totais do FGP



Fonte: Relatório de Administração do exercício 2015/2016

Em 2016, houve integralização pela União no Fundo, em ações do Banco do Brasil – BB, Eletrobrás e Vale, no valor de R\$ 3,27 bilhões.

Nos exercícios de 2010, 2013 e 2016 ocorreram resgates de cotas pela União, nos montantes de R\$ 5,36 bilhões, R\$ 480 milhões e R\$ 22,7 milhões, respectivamente.

O quadro abaixo mostra a rentabilidade dos ativos do FGP, por Classe de Ativos. Conforme definido no Regulamento do Fundo:

- a) Carteira de Classe 1: composta por moeda corrente, operações compromissadas e títulos públicos federais.
- b) Carteira de Classe 2: composta por Ações de Cias. listadas em Bolsa de Valores e seus proventos, os quais por determinação do Regulamento do FGP são transferidos para a Carteira de Classe 1 no dia de seu efetivo recebimento.

Período	Rentabilidade do FGP	
	Classe 1	Classe 2
1º semestre/2006	-4,73%	7,81%
2º semestre/2006	13,85%	23,05%
1º semestre/2007	12,57%	28,40%
2º semestre/2007	0,93%	18,55%
1º semestre/2008	5,63%	-3,16%
2º semestre/2008	5,30%	-39,20%
1º semestre/2009	12,47%	29,78%
2º semestre/2009	5,39%	23,42%
1º semestre/2010	6,19%	-4,02%
2º semestre/2010	9,49%	-
1º semestre/2011	3,71%	-
2º semestre/2011	10,96%	-
1º semestre/2012	12,14%	-
2º semestre/2012	0,04%	-
1º semestre/2013	-1,39%	-
2º semestre/2013	-5,75%	-
1º semestre/2014	6,19%	-
2º semestre/2014	1,65%	-
1º semestre/2015	5,54%	-
2º semestre/2015	-5,71%	-
1º semestre/2016	-100,00%	-

Fonte: Relatórios de Administração do FGP

De todo modo, seria importante consultar o administrador do Fundo (BB S.A) que segundo o Estatuto é o responsável por este tipo de informação.

5) Razões que levaram a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidoras e Garantias (ABGF) a encerrar o Fundo em 2017.

Encaminhamos em anexo a ata da última Assembleia de Cotistas do FGP, ocorrida em 16/05/2017, na qual houve a deliberação para o encerramento do Fundo. Para maiores detalhes sobre o tema, sugerimos consultar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidoras e Garantias (ABGF).



Banco do Brasil S.A.
Diretoria de Governo

FUNDO GARANTIDOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

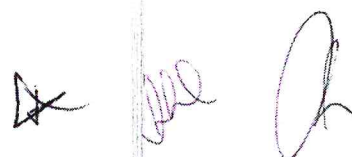
FGP

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO 2015/2016

Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP)
Relatório de Administração - Exercício 2015/2016

Sumário

1. Retrospectiva 2015/2016	3
2. Desempenho Econômico-Financeiro	4
2.1 Patrimônio Líquido	4
2.2 Ativos	5
2.2.1 Rentabilidade dos Ativos do FGP	6
2.3 Obrigações contraídas e Encargos debitados ao FGP	7
3. Perspectivas para o Exercício seguinte	8
3.1 Cenário Internacional	8
3.2 Cenário Doméstico	10
3.3 Aspectos Internos e as Perspectivas para a Demanda de Infraestrutura	12
4. Considerações Finais	14



Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP)
Relatório de Administração - Exercício 2015/2016

Apresentamos o Relatório de Administração do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas – FGP, Exercício Social 2015/2016, que compreende o período de 1º de setembro de 2015 a 31 de agosto de 2016.

1. RETROSPECTIVA 2015-2016 ¹

O contexto econômico de 2016 mostrou-se bastante desafiador. Em relação ao cenário externo, o ano foi marcado por significativos eventos no âmbito político, tais como a decisão dos eleitores de Reino Unido por deixar a União Europeia (Brexit) e a eleição do republicano Donald Trump para presidente dos Estados Unidos. No âmbito econômico, o FED retomou o processo de elevação dos juros em dezembro em meio à firme recuperação da atividade econômica americana e redução do desemprego, acompanhado de um discurso gradualista de normalização que contribuiu para a manutenção de um ambiente de abundante liquidez. As dúvidas quanto à condução da política monetária acentuaram-se com as perspectivas de importante expansão fiscal por parte do novo governo, o que acabou por pressionar as taxas de juros globais de prazo mais longo ao final do ano. Na Europa, mesmo com os receios dos impactos negativos do Brexit, o crescimento médio da Zona do Euro sustentou-se ao redor de 1,5%.

Entre os emergentes, as incertezas quanto ao desempenho econômico estiveram mais presentes, em particular na China. Ao longo do ano, as autoridades locais levaram a cabo relevante pacote de estímulos fiscais e creditícios para sustentar um ritmo de crescimento ao redor de 6,5%. Ao final e ao cabo, conseguiram evitar uma desaceleração mais intensa da atividade, ainda que à custa da intensificação dos desafios estruturais chineses.

No Brasil, a melhora dos fundamentos econômicos ocorrida ao longo do 2º semestre de 2016, após um 1º semestre marcado pela elevada incerteza política, não foi suficiente para promover a estabilização da atividade. A mudança na condução da política econômica promoveu importante melhora das condições financeiras e da confiança dos agentes, porém incapaz de retirar o país da recessão. Assim, o PIB doméstico completou em 2016 quase dois anos consecutivos de variações trimestrais negativas. A situação fiscal, o ainda elevado nível de incerteza e o alto endividamento

¹ Fonte: BB DTVM – Janeiro/2017



de famílias e empresas foram os principais limitadores que atuaram para postergar a recuperação para 2017.

Nesse cenário, a inflação manteve-se pressionada na primeira metade do ano, sobretudo por conta do comportamento do preço dos alimentos. No 2º semestre, a descompressão desse grupo de preços e o impacto da forte recessão, associado às mudanças na equipe econômica que elevaram a credibilidade das políticas domésticas, contribuíram para importante redução do IPCA, que fechou o ano em 6,3%. Assim, em meio a um processo mais visível de desinflação e forte ociosidade na economia, o Banco Central deu início a um processo de redução da taxa Selic, que fechou o ano em 13,75%.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1 Patrimônio Líquido

O Decreto s/nº de 16/02/2016 da Presidência da República, de 16 de fevereiro de 2016, autorizou o aumento de capital social da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. –ABGF, mediante a transferência da totalidade das cotas de propriedade da União no Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas – FGP.

Para efetivação do aumento de capital social foi realizada a 2ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da ABGF, em 10 de março de 2016, que deliberou pela aprovação da proposta de aumento de capital social da União mediante a transferência das citadas cotas.

O Patrimônio Líquido (PL) do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP) foi encerrado em 31.07.2016 e apresentava saldo de R\$ 20,519 milhões em 31.08.2015

Como o FGP não distribui dividendos ou bonificações, por falta de previsão legal, o resultado do exercício é incorporado ao Capital Social conforme regulamento do Fundo.

A Tabela 1, a seguir detalha a variação do patrimônio líquido do FGP entre os exercícios 2014/2015 e 2015/2016.

Tabela 1 –Variação no Patrimônio do FGP (em Reais)

Patrimônio Líquido em 31/08/2015	Patrimônio Líquido em 31/08/2016	Variação	
		Valor	%
20.519.000,00	0,00	-20.519.000,00	-100,00%

2.2 Ativos

A carteira de ativos do FGP é composta por cotas do fundo de investimento exclusivo BB FGP RF, cuja administração é realizada pela BB DTVM. Sendo assim, o saldo da rubrica em questão está diretamente vinculado ao resultado auferido em decorrência dos ativos do fundo exclusivo e às despesas a ele imputadas, considerando, ainda, eventuais aportes ou resgates realizados pelo cotista.

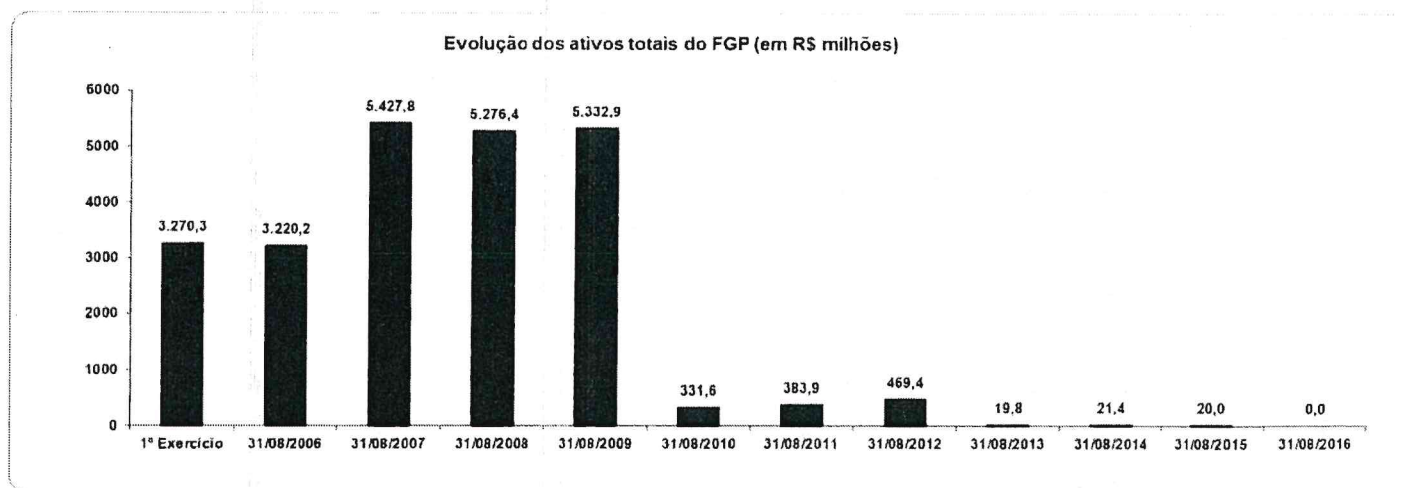
A Tabela 2 demonstra a posição detalhada dos ativos do FGP nos dois últimos exercícios.

Tabela 2 – Posição dos Ativos do FGP

Ativos FGP	Em 31.08.2015	Em 31.08.2016
	Valor (R\$)	Valor (R\$)
Títulos e Valores Mobiliários	20.316.000,00	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	541.000,00	0,00
Outros Valores e Bens	2.000,00	0,00
Total de Ativos	21.412.000,00	0,00

A evolução dos ativos totais do FGP desde o 1º exercício até 31.08.2016 consta do Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 – Evolução dos Ativos Totais do FGP



Os decréscimos observados nos ativos totais do Fundo em 31.08.2010, 31.08.2013 e 31.08.2016 referem-se a resgates de cotas realizados pelo Cotista, nos montantes de R\$ 5,36 bilhões e R\$ 480 milhões e R\$ 22,7 milhões respectivamente.

2.2.1 Rentabilidade dos Ativos do FGP

O valor patrimonial da cota do FGP é obtido pela divisão do patrimônio do Fundo, considerado o resultado da cota do fundo exclusivo e as despesas inerentes ao seu funcionamento, pela quantidade de cotas existentes, chegando-se, dessa forma, ao valor de cada cota do FGP.

Na Tabela 3 estão relacionadas a rentabilidade e o valor patrimonial das cotas nos últimos quatro semestres, ressaltando que a cota relativa ao 2º semestre/2015 refere-se ao dia 31.12.2015 e a do 1º semestre/2016 refere-se ao dia 30.06.2016.

Tabela 3 – Rentabilidade do FGP e valor patrimonial da cota por semestre calendário

Período	Rentabilidade do FGP	Valor Patrimonial da Cota
	Classe 1	Classe 1
2º semestre/2014	1,65%	2.446,29669
1º semestre/2015	5,54%	2.581,79054
2º semestre/2015	-5,71%	2.434,40562
1º semestre/2016	-100,00%	0,00000

A rentabilidade apurada no penúltimo semestre (-5,71%) é justificada pela variação da taxa SELIC, que impacta diretamente os ativos e, por conseguinte, a cota do fundo exclusivo, vez que se trata de fundo composto majoritariamente por Notas do Tesouro Nacional - NTN, título público cuja rentabilidade está vinculada à variação do IPCA, portanto, sensível às variações da SELIC e a rentabilidade apurada no último semestre deve-se ao resgate de cotas do Fundo.

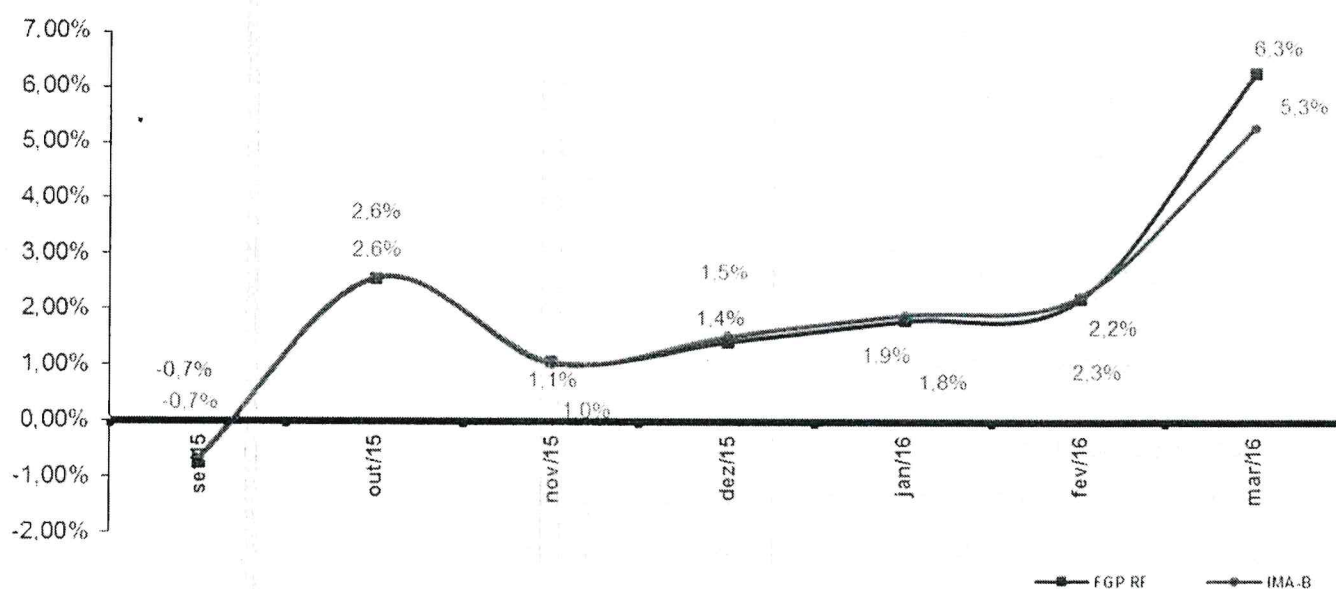
De acordo com o art. 20 do Regulamento do FGP, quando não comprometida com garantia, a gestão do ativo deve buscar, pelo menos, rentabilidade atrelada ao índice de renda fixa de mercado IMA-B, referenciado em títulos públicos.

O Índice de Mercado ANBIMA Geral é baseado em uma carteira teórica composta por todos os títulos públicos negociados pelo Tesouro Nacional. Especificamente o IMA-B é série composta apenas por NTN – Série B (NTN-B) que são títulos públicos que remuneram o investidor em uma taxa de juros pré-fixada, mais a variação do IPCA no período. A escolha do índice em questão justifica-se pela composição da carteira do BB FGP RF, que possui cerca de 99% de sua carteira

composta por NTN-B.

Conforme poderá ser observado no gráfico a seguir, a carteira do BB FGP RF perseguiu o benchmarking estipulado, conforme previsto em regulamento, vez que a rentabilidade acumulada da carteira, no período de setembro/2015 a março/2016, quando o Fundo Exclusivo foi encerrado, foi de 15,43%, enquanto o IMA-B variou 14,68% no mesmo período.

Gráfico 3 – Rentabilidade da Carteira de Renda Fixa



2.3 Obrigações contraídas e Encargos debitados ao FGP

Até o término do presente exercício, o FGP não havia contraído obrigação relativa à prestação de garantias em projetos de parcerias público-privadas.

Dessa forma, as despesas do Fundo limitaram-se às administrativas, que totalizaram R\$ 892 mil, , sendo a despesa relativa à Taxa de Gestão do Fundo a de maior impacto.

A remuneração pela gestão do Fundo é obtida pela aplicação do percentual de 188,68% sobre as despesas de suporte à gestão de garantias, com base no índice de eficiência de 53%, de forma compatível com a taxa de rentabilidade perseguida pelo Administrador em suas demais atividades, conforme previsto na alínea "a" do inciso II do artigo 34 do Capítulo VII do Regulamento do FGP (Ata da 2ª Assembleia Geral Extraordinária do FGP, de 31.08.2006).

[Assinaturas manuscritas]

Tabela 4 – Despesas Administrativas do FGP

Em milhares de Reais

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	Exercício 2014/2015		Exercício 2015/2016		Variação	
	Valor	% sobre o PL	Valor	% sobre o PL*	Valor	%*
Auditoria Independente	49,0	0,24%	108,0	-	59,0	-
Publicações Legais	0,0	0,00%	0,0	-	0,0	-
Serviços do Sistema Financeiro	5,0	0,02%	6,0	-	1,0	-
Taxa de Gestão dos Ativos	0,0	0,00%	0,0	-	0,0	-
Taxa de Custódia	11,0	0,05%	6,0	-	-5,0	-
Taxa de Administração do Fundo Exclusivo	19,0	0,09%	11,0	-	-8,0	-
Taxa de Gestão do FGP	1.226,0	5,97%	754,0	-	-472,0	-
Outras despesas Administrativas	9,0	0,04%	7,0	-	-2,0	-
TOTAL	1.319,0	6,43%	892,0	-	-427,0	-
Patrimônio Líquido (PL) em 31 de agosto de 2014 e 2015	20.519,0		0,0		-20.519,0	

* Com a transferência de cotas para a ABGF o PL do FGP foi encerrado em 31.07.2016

3. PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

3.1 Cenário Internacional²

Atividade Econômica

A incerteza político-econômica global subiu substancialmente no último semestre refletindo os impactos de eventos como o Brexit, a surpreendente eleição do presidente americano Donald Trump, o referendo na Itália e o crescente risco de novas surpresas nas eleições europeias. Adicionalmente, a expectativa com uma expansão fiscal nos EUA levou a uma significativa elevação do retorno da curva de juros americana e, conseqüentemente, dos juros globais, o que representou um aperto nas condições financeiras. É sabido que, conforme a base teórica sobre o tema, as decisões de consumo e de investimento são negativamente influenciadas por elevações da incerteza e piora das condições financeiras, o que é corroborado em nossa análise. Por isso, esperamos por uma desaceleração relevante da atividade global, em particular nos EUA, no decorrer do 1º semestre/17.

O desempenho da economia dos EUA, que deverá encerrar o ano com um crescimento em torno de 2,0% no comparativo anual, decorreu principalmente da situação financeira muito mais favorável das famílias após intenso processo de desalavancagem ocorrido nos últimos anos. A expansão do consumo tem sido robusta, ao redor de 3% e em linha com o seu padrão histórico. A

² Fonte: BB DTVM – Janeiro/2017

contrapartida, pelo lado da oferta, tem sido a solidez do setor de serviços e, no tocante ao investimento, seu desempenho deve superar o do consumo, após três trimestres consecutivos de retração.

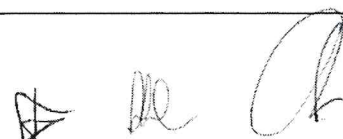
Contudo, a eleição do presidente republicano Donald Trump tornou o cenário muito mais incerto, já que ele promete levar a cabo uma nova matriz de políticas econômicas. A nosso ver, a adoção de uma agenda mais nacionalista/mercantilista deve trazer maior instabilidade, levando a maior incerteza político-econômica e aversão ao risco. Nossos exercícios econométricos são consistentes em apontar que a nova matriz de Trump será contraproducente: eles indicam que no horizonte de 2017/2018 não há muito ganho adicional de atividade econômica e, em contrapartida, há mais rápida aceleração da inflação e, logo, mais intensa resposta do FED.

A economia chinesa apresentou estabilidade na taxa de crescimento em 6,7% em 2016. Isso, a nosso ver, representou apenas uma pausa na trajetória secular de desaceleração da atividade, alcançada através da adoção de um amplo escopo de medidas de estímulos. Tal gama de ações, cujos custos são crescentes, agravaram os já preocupantes problemas estruturais presentes e, por isso, vários incentivos já se encontram em vias de reversão, sugerindo a retomada da desaceleração mais adiante.

Não bastasse o quadro interno de muitos desafios, a eleição do presidente Trump nos EUA deve representar uma adversidade adicional. As promessas de repressão às importações, em particular da China, e uma significativa mudança na condução de questões de ordem comercial e geopolítica podem complicar ainda mais a delicada situação econômica chinesa.

O crescimento econômico na Zona do Euro foi de 2,0% e de 1,7% em 2015 e 2016, respectivamente, tendo a demanda doméstica como o seu principal motor. A despeito da desaceleração em 2016, a taxa de expansão econômica tem se situado acima do potencial de crescimento e os fundamentos, em geral, têm sido favoráveis. Contudo, a ociosidade remanescente na economia ainda é muito grande, particularmente no mercado de trabalho, e a inflação subjacente permanece muito baixa. Eventos de origem interna e externa provocaram uma elevação na incerteza político-econômica em todo o continente e representam um downside risks substancial. Portanto, nesse quadro, o BCE deverá se manter ativo, conduzindo o programa de flexibilização monetária (QE) até, ao menos, o final de 2017 e, assim, a hipótese de tapering nesse período pode ser descartada.

Inflação e Política Monetária



A inflação global deverá ser ascendente nos próximos meses, refletindo o efeito base dos preços de energia e a mais recente alta do petróleo. Em relação aos núcleos de preços, o comportamento deve continuar distinto entre os países. No grupo em estágio recente de desalavancagem, em geral, os núcleos de inflação tendem a permanecer baixo por conta de uma demanda mais fraca, permitindo a uma postura mais flexível das autoridades monetárias. No grupo mais avançado no processo, os núcleos de preços devem acelerar, visto que a demanda deve ser forte suficiente para manter em queda a ociosidade econômica.

Por seu turno, sob o provável impacto inflacionário da nova matriz econômica do presidente Trump, o FED deverá acelerar o ritmo de elevação dos juros além do precificado nas curvas, provocando nova rodada de correção importante dos juros globais no decorrer do segundo semestre/17.

Commodities, Aversão ao Risco e Moedas

Nossa visão para commodities é de estabilidade para os preços do petróleo e viés de baixa para os preços de minério de ferro e de grãos. Nossa avaliação é que o mercado de petróleo avança, a partir do acordo da OPEP, em direção ao equilíbrio entre a oferta e demanda na 1ª metade de 2017. No tocante à commodity metálica, vários vetores que impulsionaram os preços pelo lado da demanda em 2016 devem perder importância em 2017. Em relação às agrícolas, a safra de grãos deve ser robusta e, por conseguinte, provocar uma queda nos os preços no mercado internacional.

Por fim, no decorrer do 2º semestre/17, é esperada uma retomada da alta do retorno dos bonds de 10 anos nos EUA e, conseqüentemente, a nova rodada de valorização global do dólar frente às demais moedas, o significará, inclusive, adicional ameaça aos preços de commodities.

3.2 Cenário Doméstico³

Atividade Econômica

A recuperação de alguns fundamentos econômicos desde meados do ano passado não foi suficiente para promover a estabilização da atividade.

Após queda de 0,8% no 3º tri/16 ante o 2º tri/16, estimamos que o PIB do 4º tri/16 tenha caído 0,2% na margem, que deve levar a uma queda de 3,5% no ano. Caso corretos em relação às

³ Fonte: BB DTVM – Janeiro/2017

projeções de 2016, à queda acumulada de 7,6% no biênio 2015-2016 se seguirá a mais frágil recuperação das últimas décadas. Julgamos que três fatores negativos e persistentes pairam sobre a economia: i) a fragilidade fiscal – simbolizada nos elevados déficits e na ascendente trajetória da dívida pública –, a qual limita a possibilidade de quedas maiores dos juros reais de longo prazo; ii) o excesso de endividamento dos agentes econômicos, que originou um processo de desalavancagem ainda em curso que ajuda a explicar a cadente procura por crédito e a fraqueza da demanda interna; e iii) o muito elevado nível da incerteza político-econômica. Dessa forma, a atividade deve se recuperar lentamente, com o PIB crescendo a taxas de 0,2% e 0,4% nos dois primeiros trimestres do ano. No 2º semestre, o ritmo deve se intensificar para uma média de 0,7%. Ainda assim, o crescimento anual será bastante modesto, de apenas 0,4%. Em 2018, espera-se por um maior dinamismo: projetamos expansão de 1,9%.

Julgamos que a lenta retomada terá como líderes o investimento, do lado da demanda, e a produção industrial, do lado da oferta. O consumo e o setor de serviços, por outro lado, devem recuperar-se de forma mais lenta e menos intensa. Finalmente, o PIB do setor agropecuário deve mostrar muito melhor desempenho, retornando a taxas vigorosas de expansão após uma queda estimada de 6% em 2016.

Política Monetária e Inflação

Após a forte alta dos itens alimentícios no 2º e 3º trimestres de 2016, a reversão dessa dinâmica e o impacto benigno da desaceleração econômica trouxeram sucessivas surpresas na inflação mensal, que veio acompanhada também de importante melhora do detalhamento (disseminação e núcleos do indicador). Nesse sentido, tudo indica que o IPCA encerrou abaixo dos 6,5% em 2016 (projetamos 6,3%). Julgamos que, em 2017, um dos maiores destaques econômicos será a continuidade do processo de desinflação. À redução da inércia e da persistência inflacionária se somarão a expressiva ociosidade que marcará a economia durante o ano e a ausência de pressão cambial relevante. A expectativa de continuidade do processo de reformas e a credibilidade do Banco Central sugerem expectativas de inflação ancoradas, que devem contribuir para que o IPCA feche o ano em 5%, reduzindo-se ao longo de 2018 para os 4,5%. Nesse contexto, e mesmo com a inflação de 2017 acima dos 4,5%, entendemos que o espaço para redução da Selic é significativo. Além da ausência de recuperação mais forte da economia, a partir de meados do ano o Copom muito provavelmente dará maior foco a inflação de 2018, a qual, segundo seus modelos, possivelmente estará abaixo da meta. Nesse sentido, julgamos que, após reduzir em 0,50p.p. a taxa básica nos meses de janeiro e fevereiro, o Copom deve acelerar o ritmo de cortes para 0,75p.p. nas duas reuniões seguintes, fazendo com que, após altas finais de 0,50p.p., a Selic

encerre o ano em 10,25%. Para 2018, a expectativa é de retomada, ao final do 1º trimestre, do afrouxamento monetário, com a Selic caindo em direção a 9,25%.

Política Fiscal

Após a aprovação da PEC dos Gastos, nosso cenário base trabalha com a perspectiva de continuidade do processo de aprovação das reformas fiscais no Congresso, em particular da Reforma da Previdência, sem alterações significativas em relação ao projeto base enviado pelo Executivo. Além disso, foi suposto que o equacionamento da frágil situação dos governos regionais não levará a um aporte significativo de recursos financeiros por parte da União, preservando a trajetória esperada para os resultados fiscais e para a relação Dívida/PIB dos anos seguintes. Nesse contexto, esperamos que em 2017 o Setor Público registre um déficit primário de 2,2% do PIB, ainda pressionado por uma arrecadação em lenta recuperação. Para 2018, estimamos um déficit de 1,5%. A razão Dívida Bruta/PIB deve elevar-se adicionalmente a 79,2% e 83% em 2017 e 2018, respectivamente.

Setor Externo

Esperamos que a taxa de câmbio apresente dois momentos distintos em 2017. Na primeira metade do ano, antecipamos uma valorização importante da moeda doméstica; na segunda, uma moderada depreciação, para fechar o ano em R\$3,40. Para o final de 2018, projetamos R\$3,65. No tocante às contas externas, a ausência de ganhos dos termos de troca, somado ao fato de que o comércio global deve seguir fraco, desfavorecerá os ganhos das exportações domésticas. Já as importações deverão se beneficiar da esperada recuperação da atividade.

Por isso, espera-se um menor saldo comercial em 2017 e 2018: projetamos superávit de US\$41bi para 2017 e de US\$35bi para 2018. Nesse quadro, as transações correntes devem apresentar déficit de 1,9% e 2% do PIB, respectivamente.

3.3 Aspectos Internos e as Perspectivas para a Demanda de Infraestrutura⁴

A economia brasileira tem passado por períodos de transformações importantes, que, embora marcados por ritmos de evolução diferentes, são necessárias para restabelecer uma trajetória de crescimento sustentado no longo prazo. A deterioração dos fundamentos da economia brasileira

⁴ Fonte: BB/Diretoria de Estratégia e Organização/Gerência de Assessoramento Econômica e Estudos Estratégicos – Janeiro/2017

ao longo dos últimos anos, traduzida pela recessão histórica, aumento do desemprego, queda da massa salarial e retração do crédito parecem refletir o esgotamento do crescimento com base em mecanismos de estímulos ao consumo. Nesse contexto, a expectativa é que os investimentos retomem o papel de protagonista como alavanca do crescimento do médio prazo.

Embora as condições de financiamento estejam menos favoráveis no curto prazo, em meio ao contexto de ajustes, medidas que estimulem as inversões e incentivem uma maior participação do setor privado na condução de projetos de investimentos na economia tendem a ser priorizadas por políticas governamentais. Esse ambiente favoreceria o setor de infraestrutura, que se destaca pelo efeito multiplicador que possui sobre a expansão da atividade no longo prazo. Com efeito, foi anunciado dentro do Programa de Parcerias para Investimentos (PPI) o Projeto Crescer, que abrange mais de 34 projetos em infraestrutura destinados à concessão à iniciativa privada. São projetos nas áreas de transporte, energia e saneamento a serem implementados entre 2016 e 2018.

As oportunidades decorrentes desses projetos são significativas, uma vez que resultam em investimentos com potencial de rentabilidade relevante. Programas de investimentos em infraestrutura estimulam a demanda agregada no curto prazo e induzem um maior crescimento potencial da economia no médio/longo prazos via ganhos de produtividade. Adicionalmente, os investimentos, principalmente em infraestrutura, têm o poder de promover outras inversões.

Sob essa perspectiva, as parcerias com a iniciativa privada para o desenvolvimento dos projetos em infraestrutura constituem demanda autônoma para outros setores. Inicialmente é esperado que esses setores passem a utilizar mais intensivamente sua capacidade produtiva. Após a redução da ociosidade, é altamente provável que sejam induzidos a ampliar a capacidade produtiva em um movimento que, de outra forma, dificilmente aconteceria autonomamente. Assim, um ambiente propício aos investimentos tende a promover a oferta de recursos para o financiamento de novos projetos, inclusive de investidores globais.

Dessa forma, condicionado ao não agravamento das condições financeiras externas e, no ambiente interno, à consolidação do ajuste nas contas públicas, a retomada da confiança do setor empresarial e o aperfeiçoamento do marco regulatório, o cenário que se apresenta parece bastante promissor no médio prazo aos investimentos em infraestrutura.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Decreto s/n da Presidência da República, de 16 de fevereiro de 2016 transferiu as cotas da União para a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF e esta, por meio do Ofício nº 0103/2016/ABGF, de 24 de março de 2016, solicitou liquidação e resgate da totalidade das cotas, conforme previsto no artigo 24 do estatuto de FGP.

Após a realização do resgate e transferência do valor de R\$ 22.799 mil para a ABGF, restaram apenas passivos e resultados gerados pelas atividades do Fundo que foram totalmente liquidados e encerrados na posição de 31.07.2016, conforme autorização deste Administrador.


Diante dos fatos citados a Administração do Fundo, conforme solicitação do cotista único ABGF, encerrou as atividades do FGP e autorizou a elaboração das demonstrações contábeis de encerramento, na posição de 31.07.2016.

Posteriormente à aprovação da prestação de contas pela Assembleia de Cotistas, este Administrador promoverá a baixa do CNPJ e do Estatuto do Fundo junto aos respectivos órgãos.

Agradecemos o apoio e a confiança do nosso cotista União, dos nossos conselheiros, assim como o empenho e a dedicação de todos que contribuíram para os resultados obtidos.

Brasília (DF), 30.03.2017.

BANCO DO BRASIL S.A.
Administrador do FGP
Diretoria de Governo – Brasília (DF)


João Pinto Rabelo Junior
Diretor


Wagner Lucinda Ribeiro
Gerente Executivo


Lidiane Martins Mourão Dantas
Gerente de Divisão

**ATA DA 11ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DOS COTISTAS DO FUNDO
GARANTIDOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS – FGP
(CNPJ/MF 07.676.825/0001-70)**

Dia, hora e local

Dia 16 de maio de 2017, às 10 horas, na sede do Administrador, localizada na Asa Norte, SAUN Quadra 5 Lote B Edifício Banco do Brasil Torre I – CEP 70.040-912, Brasília – DF, realizou-se a 11ª Assembleia Geral Ordinária de Cotistas do FGP.

Presença e quórum

A AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. (ABGF), cotista única do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP, foi representada na forma do art. 30, § 1º do seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, MARCELO PINHEIRO FRANCO, conforme assinatura do Registro de Presença de Cotistas, anexo a esta Ata, correspondendo a 100% das cotas do FGP.

Composição da mesa diretora

Por decisão do Administrador do FGP, assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Enio Mathias Ferreira, representando o Administrador do Fundo, e convidou o Sr. WAGNER EFREM DE SOUZA para atuar como secretário, ficando assim constituída a mesa diretora dos trabalhos.

Ordem do dia

Foi lida a ordem do dia, na qual constava a apreciação das demonstrações contábeis, financeiras e do relatório de administração do FGP relativos ao exercício 2015/2016 e o encerramento do Fundo.

Deliberações

O representante da ABGF votou pela aprovação das demonstrações contábeis, financeiras e do relatório de administração do FGP, relativos ao exercício 2015/2016 e pelo encerramento do Fundo. O relatório de opinião dos auditores independentes declara que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira do FGP.

Foi solicitado que sejam adotadas as providências necessárias para realizar a baixa do CNPJ do Fundo junto à Receita Federal e do Regulamento/Estatuto junto ao respectivo cartório de registro de títulos e documentos.



Encerramento

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembleia, lavrando-se a presente ata em quatro vias de igual teor e forma, que depois de lida e aprovada, foi assinada pelos integrantes da Mesa e pelos representantes da ABGF.

Brasília (DF), 16 de maio de 2017.


Enio Mathias Ferreira
Presidente


Wagner Efrem de Souza
Secretário


Marcelo Pinheiro Franco
Diretor Presidente


Ronaldo Camillo
Diretor Administrativo e Financeiro

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

REGISTRO DE PRESENÇA DE COTISTAS

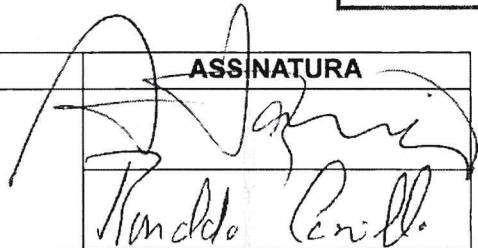
FUNDO GARANTIDOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS-FGP
(CNPJ/MF 07.676.825/0001-70)

11ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DOS COTISTAS

Data: 16.05.2017
Hora: 10 horas

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
923303
RTD

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
923301
RTD

COTISTA	% DE COTAS	ASSINATURA
ABGF	100%	 Ronaldo Camillo

CARTÓRIO MARCELO RIBAS
1º OFÍCIO DE REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
SUPER CENTER - EDIFÍCIO VEMÂNCIO 2.000
SCS QD. 08 BL. B-60 Sala 140/E, 19º andar
Brasília-Distrito Federal Fone: 3224-4026

Documento protocolado, registrado e digitalizado sob n. 00923303 e averbado a margem do registro 00764912 do Livro n. BE-106. Brasília, 12/06/2017. Dou fé.

Oficial: Marcelo Castano Ribas
Subst.: Edilene Miquele Pereira
Geralda do Carmo Abreu Rodrigues
Francineide Gomes de Jesus
Sela: 1 JDF12017021003310800YS
Sela: 1 JDF1201702100331057XDE
Para consultar www.tidf.jus.br

CARTÓRIO MARCELO RIBAS
1º OFÍCIO DE REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
SUPER CENTER - EDIFÍCIO VEMÂNCIO 2.000
SCS QD. 08 BL. B-60 Sala 140/E, 19º andar
Brasília-Distrito Federal Fone: 3224-4026

Documento protocolado, registrado e digitalizado sob n. 00923301 e averbado a margem do registro 00693493 do Livro n. BE-96. Brasília, 12/06/2017. Dou fé.

Oficial: Marcelo Castano Ribas
Subst.: Edilene Miquele Pereira
Geralda do Carmo Abreu Rodrigues
Francineide Gomes de Jesus
Sela: 1 JDF1201702100331057XDE
Para consultar www.tidf.jus.br

Pedro Marcante Arruda dos Santos

De: helennunes@bb.com.br em nome de institucional@bb.com.br
Enviado em: terça-feira, 1 de outubro de 2019 15:03
Para: Pedro Marcante Arruda dos Santos
Cc: stellamatos@bb.com.br; douglasff@bancodobrasil.com.br; helennunes@bb.com.br; marioneto@bancodobrasil.com.br; rodrigoteixeira@bb.com.br; rubialima@bancodobrasil.com.br; erika.ruas@bancodobrasil.com.br; priscila.reis@bancodobrasil.com.br
Assunto: Urgente e Importante: Requerimento de Informação da Câmara dos Deputados (RIC) nº 1091/2019 - Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP)
Prioridade: Alta

Prezado Pedro,

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (RIC) - Referimo-nos ao RIC nº 1091/2019, que "*requer informações ao Ministro da Economia sobre o Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP), previsto na Lei nº 11.079, de 2004*" (**anexo**).

Em atenção à sua solicitação, esclarecemos que as informações referentes à variação do patrimônio do Fundo, constantes do item 4 do Anexo I - Respostas ao Requerimento de Informações nº 1091/2019, foram retiradas do **Relatório de Administração do FGP do exercício de 2015/2016**, elaborado pelo Banco do Brasil no papel de Administrador do Fundo.

Assim, nossa Diretoria de Governo confirma as informações prestadas pela STN, bem como esclarece que não há dados complementares a serem fornecidos.

Atenciosamente,

Hélen Cássia Nunes e Silva
Gerente de Soluções

Secretaria Executiva/Gerência Relações Institucionais
SAUN, Quadra 5, Lote B, Ed. BB, Torre Norte, 16º Andar
70.040-912 Brasília (DF)
(61) 3493-9057
helennunes@bb.com.br

De: Pedro Marcante Arruda dos Santos <pedro.santos@fazenda.gov.br>
Enviada em: terça-feira, 1 de outubro de 2019 10:26
Para: Helen Cassia Nunes e Silva <helennunes@bb.com.br>
Assunto: RIC 1091/2019
Prioridade: Alta

Prezada Helen,

Como foi conversado por telefone, encaminho o RIC 1091/2019, em particular a pergunta número 4, para ver se a resposta da STN está completa.

Com os melhores cumprimentos,

PEDRO MARCANTE ARRUDA DOS SANTOS

ASSESSOR PARLAMENTAR
Secretaria Especial de Fazenda

☎ 3412-1969



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



www.economia.gov.br

" Esta mensagem é enviada exclusivamente a seu(s) destinatário(s) e pode conter informações confidenciais, protegidas por sigilo profissional. Sua utilização desautorizada é ilegal e sujeita o infrator às penas da lei. Se você a recebeu indevidamente, queira, por gentileza, reenviá-la ao emitente, esclarecendo o equívoco. Caso queira relatar o mau uso deste instrumento, favor entrar em contato com o Serviço de Ouvidoria do Ministério da Fazenda."

" This message is sent exclusively to its intended recipient (s) and may contain confidential and privileged information protected by professional secrecy. Its non-authorized use subjects offenders to the penalties of law. If you have improperly received it, kindly redispach it to the sender, clarifying the error. If you want to report the misuse of this instrument, kindly contact the Ombudsman of the Ministry of Finance."

"Só imprima esta mensagem se for realmente necessário. Contribua com a preservação do meio-ambiente."

"Please refrain from printing this message unless it is really necessary. Contribute to preserving the environment."



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional
Assessoria Econômica, de Comunicação e de Assuntos Legislativos

DESPACHO

Processo nº 12100.104088/2019-15

À Secretaria Especial de Fazenda,

Em complemento ao OFÍCIO SEI Nº 44/2019/NUGEF/COPEF/SUPEF/STN/FAZENDA-ME (SEI nº 3810885), de 03 de setembro de 2019, que encaminha as respostas ao RIC nº 1091/2019, retifico a resposta à pergunta 4, apresentada no Anexo I - Respostas ao RIC nº 1091/2019 (SEI nº 3811743), onde se lê: "Em 2016, houve integralização pela União no Fundo, em ações do Banco do Brasil – BB, Eletrobrás e Vale, no valor de R\$ 3,27 bilhões.", leia-se: "Em 2006, houve integralização pela União no Fundo, em ações do Banco do Brasil – BB, Eletrobrás e Vale, no valor de R\$ 3,27 bilhões". Informo, adicionalmente, que, segundo o Relatório de Administração do exercício 2015/2016 do FGP, não identificamos aportes após a integralização do fundo que ocorreu em 2006.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Documento assinado eletronicamente

Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior

Coordenador de Suporte a Assuntos Econômicos, Legislativos e de Comunicação



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior, Coordenador(a) de Suporte a Assuntos Econômicos, Legislativos e de Comunicação**, em 02/10/2019, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4300636** e o código CRC **90CF4766**.